

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E PERU: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR SOB A PERSPECTIVA DO THE RANKING LATIN AMERICA*

Denise de P. C. Tangerino

Docente de Publicidade e Propaganda e Cinema e Audiovisual na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutora em Administração de Empresas e mestre em Comunicação e Práticas de Consumo. Integra o Núcleo de Desenvolvimento Estruturante (NDE) e atua como Tutora de Pesquisa da Faculdade de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Desenvolve pesquisas em comunicação organizacional, criatividade, reputação acadêmica e métricas educacionais, com foco em rankings universitários e internacionalização da educação superior.

Roberto Gondo Macedo

Doutor em Comunicação, com Pós-doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Coordenador de Pesquisa e Professor permanente do Mestrado em Comunicação Intercultural nas Organizações - MPCOM, no Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Coordenador do Ambiente Científico Internacional (ACI – CCL Mackenzie).

José García Contto

Docente na Universidade de Lima (desde 1995), Mestre em Comunicação, População e Desenvolvimento Sustentável. Especializado em semiótica e em relações internacionais. Integra o Observatório de Inteligência Artificial da Universidade de Lima. Foi coordenador da REDIPERÚ (2021–2024), a rede peruana de internacionalização.

*A opção pelo The Ranking deu-se por considerar a importância e reconhecimento no campo científico de dimensão mundial. Ressalta-se que esse ranking não é o que o Peru é melhor avaliado e que no QS, por exemplo, o país traz resultados mais expressivos.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender, analisar e comparar as semelhanças e diferenças entre os países Peru e Brasil, no que se refere a qualidade da educação superior das universidades que são classificadas no THE Ranking Latin America. Para tal, a pesquisa está dividida em três grandes blocos, sendo o primeiro uma visão sobre a situação socioeconômica entre os dois países, como base para refletir sobre estruturas e bases para a construção de um sistema educacional. Já, no segundo momento, uma revisão dos dados do THE Ranking na última classificação, 2024, e um comparativo entre como estão os dois países proporcionalmente e, por último, uma análise ampla sobre os caminhos que os sistemas de ensino estão tomando para a constituição de universidades mais competitivas. Nesse encaminhamento, metodologicamente foi utilizada uma pesquisa documental, com dados secundários em bases abertas, para compreender sistemas dos dois países envolvidos.

Palavras-chave: Ranking; Educação Superior; Universidade; Política educacional; Latinoamerica.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender, analizar y comparar las similitudes y diferencias entre los países Perú y Brasil en lo que respecta a la calidad de la educación superior de las universidades que están clasificadas en el THE Ranking Latin America. Para ello, la investigación se divide en tres grandes bloques. El primero presenta una visión de la situación socioeconómica entre los dos países, como base para reflexionar sobre las estructuras y fundamentos para la construcción de un sistema educativo. En un segundo momento, se realiza una revisión de los datos del THE Ranking en su última clasificación, 2024, así como una comparación sobre cómo se encuentran ambos países de manera proporcional. Por último, se presenta un análisis amplio sobre los caminos que los sistemas de enseñanza están tomando para la constitución de universidades más competitivas. En este sentido, metodológicamente se utilizó una investigación documental, con datos secundarios provenientes de bases abiertas, para comprender los sistemas de los dos países involucrados.

Palabras clave: Ranking; Educación Superior; Universidad; Política educativa; Latinoamérica.

ABSTRACT

This article aims to understand, analyze, and compare the similarities and differences between Peru and Brazil with regard to the quality of higher education in universities that are ranked in the THE Latin America Ranking. To this end, the research is divided into three main sections. The first provides an overview of the socioeconomic situation of the two countries as a basis for reflecting on the structures and foundations for building an educational system. In the second stage, a review of the data from the most recent THE Ranking classification (2024) is presented, along with a comparison of how the two countries are positioned proportionally. Finally, a broader analysis is conducted on the paths that educational systems are taking toward the development of more competitive universities. Methodologically, documentary research was used, based on secondary data from open databases, to understand the systems of the two countries involved.

Keywords: Ranking; Higher Education; University; Educational Policy; Latin America.

Possíveis olhares constitutivos: Brasil e Peru

As nações latino-americanas, embora dotadas de singularidades históricas e culturais, compartilham um legado colonial comum que deixou marcas estruturais profundas em sua organização social e política. Tendo sido colônias de exploração de potências ibéricas – predominantemente Espanha e Portugal – estas nações herdaram estruturas econômicas baseadas em extrativismo e mão de obra escravizada, fundamentos que perpetuaram ciclos de pobreza e desigualdade social.

Esse pano de fundo histórico condicionou o desenvolvimento de frágeis instituições democráticas, frequentemente interrompidas por regimes autoritários, notadamente governos militares, ao longo do século XX. Tal trajetória política turbulenta reflete-se na instabilidade partidária contemporânea, caracterizada por sucessivos escândalos de corrupção, rotatividade presidencial e crescente desconfiança popular nas instituições públicas. Esse cenário de descontentamento criou condições favoráveis para a adoção de políticas econômicas neoliberais, frequentemente promovidas por organismos internacionais e potências estrangeiras.

No plano econômico, a região permanece vulnerável devido à sua dependência de modelos primário-exportadores e ao fortalecimento de poderes paralelos, incluindo ligados ao narcotráfico. Esta conjuntura limita significativamente a capacidade de diversificação produtiva, dificultando o avanço em setores de maior valor agregado, como tecnologia e indústria de ponta. Consequentemente, a América Latina enfrenta o paradoxo de possuir ricos recursos naturais enquanto mantém relações econômicas assimétricas com centros econômicos globais, perpetuando um ciclo de dependência e subdesenvolvimento.

No Brasil e Peru, apresentam trajetórias socioeconômicas que, embora entrelaçadas por uma história colonial comum e desafios de desenvolvimento similares, revelam contrastes profundos em sua estrutura produtiva, composição social e modelos de políticas públicas. Enquanto o Brasil se consolidou como uma potência regional de dimensões continentais e um parque industrial diversificado, o Peru manteve uma economia mais compacta, porém notavelmente dinâmica, fortemente ancorada na exportação de commodities minerais. Esta divergência econômica inicial constitui um pano de fundo essencial para compreender as distintas realidades sociais e, de forma mais específica, os diferentes caminhos trilhados no acesso ao ensino superior.

No contexto sociodemográfico, Brasil e Peru compartilham notável pluralidade étnico-cultural, fruto de complexos processos históricos que entrelaçam raízes indígenas, tradições coloniais e fluxos migratórios. Contudo, observam-se perfis distintos de composição populacional: o Brasil, que recebeu o maior contingente de africanos escravizados no continente, desenvolveu uma matriz afrodescendente fundamental em sua identidade nacional, enquanto o Peru mantém uma presença demograficamente predominante de povos originários, particularmente quechua e aimara.

Tabela 1 - Indicativos comparativos socioeconômicos Brasil e Peru

Indicador	Brasil	Peru
População (2023)	215 mil	34 mil
PIB (US\$ nominal, 2023)	US\$ 2,0 tril	US\$ 265 bil
PIB per capita (US\$, 2023)	US\$ 9.500	US\$ 7.000
Índice de Gini (2022)	0,53	0,43
Investimento em Educação (% do PIB)	6%	3,8%
Investimento em Ensino Superior (% do PIB)	1,1%	0,9%

Fonte: Autoria própria (2025).

Do ponto de vista econômico, a disparidade de escala é evidente. Com um Produto Interno Bruto (PIB) que supera a casa dos dois trilhões de dólares, a economia brasileira tem um peso e uma complexidade que a peruana, embora em crescente consolidação, não possui. No entanto, os indicadores per capita aproximam estas realidades, sugerindo que a riqueza apresenta desafios análogos para as populações de ambos os países. Um dos elementos mais críticos nesta equação distributiva é o Índice de Gini, no qual o Brasil historicamente figura entre as nações mais desiguais do mundo, contrastando com um Peru que, apesar de suas próprias lutas contra a desigualdade, apresenta melhores resultados nesta métrica. Esta diferença na distribuição de renda é um determinante fundamental do perfil do estudante que acessa a universidade em cada país.

Tabela 2 - Estrutura do Ensino Superior Brasil e Peru

Indicador	Brasil	Peru
Nº de Instituições de Ensino Superior ¹	2.608	214
Distribuição Públicas vs. Privadas	21% públicas 79% privadas	28% públicas 72% privadas
Taxa Bruta de Matrícula	42%	51%
Total de Matrículas	9,1 milhões	1,4 milhão
Matrículas em Instituições Públicas	2,1 milhões	420 mil
Média de população/instituições	1.21	5.97
Porcentagem de população/matrícula	4.23	4.11

Fonte: Autoria própria (2025).

A análise dos dados estruturais do ensino superior no Brasil e no Peru revela um contraste marcante de escala e modelo. O sistema brasileiro caracteriza-se por sua magnitude, com um número de instituições de ensino superior (2.608) treze vezes superior ao do Peru (214), e um total de matrículas

¹ Historicamente, no Perú, o investimento em educação superior esteve calcado na política pública de criação de Institutos de Educação Superior Tecnológica, tendo, atualmente, 343 instituições vigentes. Essa visão de política pública também está presente no Brasil, contudo de forma menos consistente, havendo cerca de 38 institutos federais, fora os geridos pelos estados e/ou corporações como as militares.

(9,1 milhões) aproximadamente seis vezes maior. Essa disparidade reflete diretamente a diferença no tamanho das populações e das economias dos dois países. Contudo, um ponto convergente e crucial é a predominância do setor privado em ambos os sistemas. Apesar de o Peru contar com uma proporção ligeiramente maior de instituições públicas (28% contra 21% no Brasil), as redes de ambos os países são majoritariamente privadas, indicando uma dependência estrutural comum da iniciativa particular para a oferta de vagas no ensino superior.

Apesar do sistema peruano ser quantitativamente menor, um indicador chama a atenção: a Taxa Bruta de Matrícula no Peru (51%) supera a brasileira (42%), sugerindo um maior esforço de inclusão educacional em relação à sua população em idade universitária. Entretanto, este dado deve ser interpretado com cautela. Ao observar o destino dessas matrículas, verifica-se que, em números absolutos, o Brasil possui cinco vezes mais estudantes em instituições públicas (2,1 milhões) do que o Peru (420 mil). Isso revela que, embora o Brasil tenha um sistema público de maior porte em termos absolutos, a imensa demanda por vagas é predominantemente absorvida pela rede privada, cenário que se repete, em proporção, no Peru. Essa dinâmica coloca a questão do financiamento e do acesso—seja via expansão da rede pública ou via programas de bolsas e crédito educativo—como um eixo central para a democratização do ensino superior em ambos os contextos nacionais.

Tabela 3 - Estrutura de Bolsas por país

Programa	Beneficiários Ativos/Anuais	Características Principais
Brasil		
FIES	~900 mil contratos ativos	Financiamento a juros baixos
Prouni	~1,3 milhão de bolsas (acumulado)	Bolsas integrais e parciais em instituições privadas
Bolsas Universitárias	~300 mil (iniciação científica)	Bolsas de pesquisa e permanência
Bolsa Mais Professores	~12 mil anuais	Incentivo à carreira docente
Peru		
Beca 18	~50.000 bolsas anuais	Foco em população em vulnerabilidade econômica
Beca Permanencia	~15.000 beneficiários	Combate à evasão estudantil
Beca Vocación de Professor	~5.000 bolsas anuais	Incentivo à carreira docente

Fonte: Autoria própria (2025).

A despeito dessas diferenças constitutivas, ambos os países enfrentam o desafio comum da integração equitativa desses grupos em suas estruturas socioeconômicas. A pobreza e a marginalização incidem desproporcionalmente sobre populações indígenas, comunidades tradicionais e afrodescendentes, configurando barreiras históricas que se reproduzem no acesso a oportunidades. No âmbito

educacional superior, tais desigualdades manifestam-se tanto no ingresso quanto na permanência de estudantes desses grupos, reflexo de exclusões secularmente consolidadas.

A comparação dos programas de apoio estudantil evidencia diferenças significativas de escala e desenho de política pública entre Brasil e Peru. O Brasil opera iniciativas de alcance massivo, com o FIES sustentando cerca de 900 mil contratos de financiamento e o Prouni tendo acumulado aproximadamente 1,3 milhão de bolsas em instituições privadas, refletindo a necessidade de mitigar os custos de um sistema majoritariamente privado. Já o Peru, através do emblemático Beca 18, foca em um contingente mais restrito (cerca de 50 mil bolsas anuais) com critérios rigorosos de vulnerabilidade socioeconômica, complementado por programas de permanência e estímulo à docência. Enquanto a estratégia brasileira é caracterizada pelo volume e pela diversificação de mecanismos (financiamento, bolsas integrais e de pesquisa), a abordagem peruana distingue-se pelo targeting social mais focalizado e por um combate mais direto à evasão dentro do sistema, ilustrando modelos distintos para enfrentar o desafio comum da equidade no acesso e na permanência no ensino superior.

Por último, ressalta-se que tanto no Brasil quanto no Peru há um movimento crescente de investimento voltado à formação e valorização docente, sinalizando o reconhecimento do professor como elemento estratégico para a qualidade da educação superior e básica. No caso brasileiro, o Ministério da Educação (MEC) tem ampliado programas específicos, como o Mais Professores, que oferece bolsas, cursos de especialização e incentivos à atuação em regiões com carência de profissionais, reforçando a política de valorização docente e a formação continuada no país (BRASIL, 2024). Já no contexto peruano, o Ministerio de Educación del Perú (MINEDU) promoveu um programa histórico de capacitação que beneficiou mais de 200 mil docentes, com um investimento de 43 milhões de soles, destinado ao fortalecimento de competências pedagógicas e à melhoria da carreira profissional (PERU, 2024). Esses esforços demonstram que, embora partam de realidades socioeducativas distintas, ambos os países têm buscado consolidar políticas públicas que articulem a qualificação docente à sustentabilidade de seus sistemas educacionais. No entanto, enquanto o Brasil enfatiza a formação e o estímulo à carreira docente como estratégia de equidade territorial, o Peru direciona esforços à capacitação contínua e à melhoria das condições de trabalho de professores em exercício, evidenciando abordagens complementares diante de desafios comuns. Percebe-se que, historicamente, ambos os países têm se formado a partir de uma educação mais técnica, voltada para a empregabilidade, e uma das consequências disso é a escassez de cientistas e docentes devidamente capacitados para exercer suas profissões de forma crítica.

Sistema atual de classificação de universidades: THE Ranking Latin América

O sistema das métricas classificatórias insere-se em uma lógica neocapitalista de mensuração, na qual dados e indicadores são convertidos em instrumentos de rentabilidade, crescimento e legitimação institucional. Essa racionalidade, ancorada na lógica da quantificação, transborda para o campo educacional, produzindo certo desconforto ético e epistemológico: afinal, trata-se de um domínio cuja finalidade precípua deveria ser a formação humana e cidadã, e não a maximização de métricas.

Os rankings educacionais consolidaram-se, na contemporaneidade, como mecanismos de visibilidade, comparação e controle no mercado global da educação superior. Funcionam como tecnologias de governança que, ao traduzirem a complexidade das universidades em indicadores sintéticos, produzem hierarquias, reforçam reputações e orientam políticas. Baseiam-se, em geral, em metodologias quantitativas que integram múltiplos fatores, tais como produção científica, impacto de citações, reputação acadêmica, internacionalização e empregabilidade, configurando um sistema competitivo e normativo de aferição da excelência (Axel-Berg, 2018).

Nesse contexto, dados e métricas passam a estruturar percepções, decisões e fluxos de recursos, transformando os rankings em atores centrais no ecossistema do ensino superior global (Calderón, 2018). Sua legitimidade decorre, em parte, da capacidade de promover transparência e de sintetizar informações relevantes para públicos diversos, o que lhes confere um papel estratégico na regulação simbólica e financeira das universidades.

Assim, esses sistemas funcionam como termômetros competitivos e dispositivos de benchmarking, incentivando as instituições a buscarem melhoria contínua e a se alinharem a padrões internacionais de qualidade (VANZ, 2019). Para universidades localizadas em países emergentes, a presença em rankings internacionais pode representar um ativo intangível essencial para atrair parcerias, talentos e investimentos, inserindo-as em redes globais de circulação de conhecimento e prestígio.

Entretanto, essa dinâmica também revela contradições: a “ditadura das métricas” pode induzir comportamentos institucionais voltados mais à mensurabilidade do que à missão social da universidade. Ao priorizar indicadores facilmente quantificáveis, muitas instituições correm o risco de negligenciar dimensões fundamentais, como a qualidade pedagógica, a extensão universitária ou o impacto comunitário. Ademais, parte significativa das metodologias classificatórias apresenta viés epistemológico, pois deriva de parâmetros concebidos para as ciências exatas e biomédicas, o que penaliza áreas como as humanidades e as ciências sociais. A exigência de publicações em inglês e a ênfase em bases indexadoras internacionais reforçam desigualdades estruturais e invisibilizam produções de relevância regional (VANZ, 2020).

Consequentemente, os rankings contribuem para a homogeneização dos projetos educacionais, tensionando a diversidade institucional e reduzindo a pluralidade de missões universitárias a um modelo hegemônico de excelência. Nessa perspectiva, a busca pela ascensão nos rankings globais pode esvaziar o debate sobre o papel social e emancipatório da universidade contemporânea (AXEL-BERG, 2018).

É nesse cenário que se insere o Times Higher Education (THE), um dos sistemas de avaliação mais influentes e amplamente utilizados para medir o desempenho global das universidades. THE Ranking, como é conhecido, pode ser considerado uma das principais métricas internacionais de avaliação do desempenho global das universidades. Produzido pela revista britânica Times Higher Education, o ranking analisa instituições de ensino superior a partir de cinco dimensões principais: ensino (ambiente de aprendizagem), pesquisa (volume, renda e reputação), citações (impacto da pesquisa), internacionalização (proporção de estudantes e docentes estrangeiros, além de parcerias internacionais) e renda da indústria (transferência de conhecimento). Com metodologia robusta e dados auditados, o THE se consolidou como uma

das referências mais influentes na mensuração da qualidade acadêmica e científica das universidades em escala mundial, contudo sempre com um foco do norte-global bastante demarcado em suas metodologias e resultados.

Devido a muitas críticas sobre seu caráter norte-globalista e sobre a dificuldade de países de continentes do sul competirem nessas métricas, o Times Higher Education criou novos produtos classificatórios levando em consideração situações específicas. O *Times Higher Education Latin America University Rankings* é uma versão regional do ranking global, criada para avaliar de forma mais contextualizada as instituições de ensino superior da América Latina e do Caribe. Mantém os mesmos cinco pilares do THE global, mas ajusta os pesos e indicadores para refletir as particularidades da região, como o foco em ensino, impacto social e cooperação internacional em contextos de menor financiamento e maior desigualdade. Dessa forma, o THE Latin America reconhece universidades que se destacam por sua relevância acadêmica, produção científica, capacidade de inovação e contribuição para o desenvolvimento regional, fortalecendo a visibilidade das instituições latino-americanas no cenário global (THE HIGHER EDUCATION, 2024).

No contexto latino-americano, Brasil e Peru apresentam trajetórias distintas, mas complementares, no campo da educação superior e em sua inserção nos sistemas internacionais de avaliação. O Brasil consolidou um sistema universitário de ampla escala, com forte presença de instituições públicas de pesquisa e um número crescente de universidades privadas que buscam internacionalização e reconhecimento em rankings globais. Já o Peru, embora possua um sistema de menor porte, tem avançado significativamente em processos de acreditação, políticas de qualidade e integração regional, destacando-se em iniciativas de modernização e expansão de seu ensino superior. A comparação entre os dois países, à luz dos indicadores do Times Higher Education (THE) e do THE Latin America University Rankings, permite compreender não apenas suas posições relativas, mas também as diferentes estratégias adotadas para equilibrar excelência acadêmica, impacto social e internacionalização (THE HIGHER EDUCATION, 2024).

Em 2024, último ranking que foi publicado sobre as universidades da América Latina, a classificação dos primeiros 10 classificados traz o Brasil com 8 universidades como as melhores da região. Entre essas, 7 são universidades estatais e apenas uma, a Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, é privada, porém sem fins lucrativos. Também, entre elas, há o Tecnológico de Monterrey, instituição mexicana, e a Universidade do Chile.

Já a primeira instituição peruana a aparecer está na classificação 35, sendo a Pontifícia Universidade do Peru, privada sem fins lucrativos. Entre as 100 melhores classificadas no ranking latino americano, cerca de 45 universidades são brasileiras, já no caso do Peru, apenas 3 universidades estão entre as 100 melhores, demonstrando que há um disparate bastante acentuado entre as duas realidades, conforme o gráfico 1.

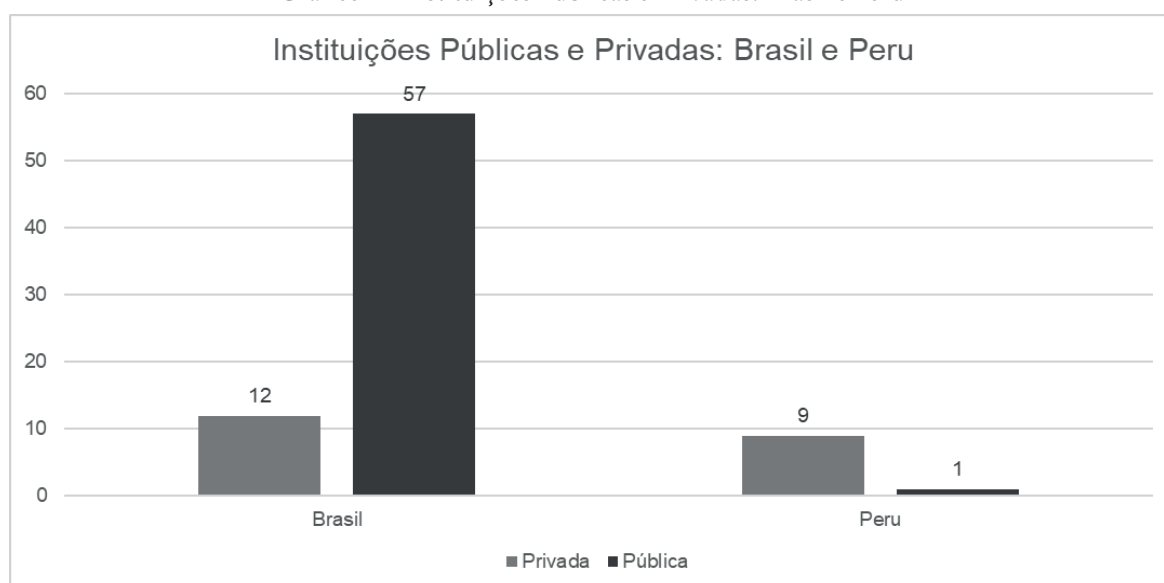
Gráfico 1 - Porcentagem de universidades brasileiras e peruanas classificadas no THE Ranking Latin America 2024



Fonte: Autoria própria (2025)

Já no que se refere a amostragem de todas as universidades analisadas, que amplia o universo para cerca de 200 universidades na América Latina, o Peru amplia sua entrada de universidades para 10 instituições de ensino, enquanto o Brasil, atinge cerca de 70 universidades, o que já demonstra um crescimento expressivo. Contudo, o dado que parece ressaltar uma situação oposta entre os dois países é que no caso brasileiro a esmagadora maioria das universidades bem classificadas são públicas, e apenas 12 são privadas, sendo dessas 10 sem fins lucrativos. Enquanto no caso peruano, esse gráfico passa por uma inversão, sendo 9 universidades privadas e sem fins lucrativos e apenas uma única pública, sendo mantida com o dinheiro de impostos do país.

Gráfico 2 - Instituições Públicas e Privadas: Brasil e Peru



Fonte: Autoria própria (2025)

Tabela 4 - Modalidade de gestão das universidades privadas

Peru		
Universidade	Administração	Classificação
Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP)	Sem fins lucrativos	Confessional
Universidad Peruana Cayetano Heredia (UPCH)	Sem fins lucrativos	Sem filiação
Universidad del Pacífico (UP)	Sem fins lucrativos	Confessional
Universidad Científica del Sur	Com fins lucrativos	Sem filiação
Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas (UPC)	Com fins lucrativos	Sem filiação
Universidad San Ignacio de Loyola	Com fins lucrativos	Sem filiação
Universidad Católica San Pablo (UCSP)	Sem fins lucrativos	Confessional
Universidad César Vallejo (UCV)	Com fins lucrativos	Sem filiação
University of San Martín de Porres (USMP)	Sem fins lucrativos	Sem filiação
Brasil		
Pontifical Catholic University of RJ (PUC-Rio)	Sem fins lucrativos	Confessional
Pontifical Catholic University of RS (PUCRS)	Sem fins lucrativos	Confessional
Unisinos University	Sem fins lucrativos	Confessional
Pontificia Universidade Católica do Paraná	Sem fins lucrativos	Confessional
PUC-Campinas	Sem fins lucrativos	Confessional
Catholic University of Brasília	Sem fins lucrativos	Confessional
Mackenzie Presbyterian University	Sem fins lucrativos	Confessional
Pontifical Catholic University of Minas Gerais	Sem fins lucrativos	Confessional
Positivo University	Com fins lucrativos	Sem filiação
Unichristus	Com fins lucrativos	Confessional
Universidade Nove de Julho (Uninove)	Com fins lucrativos	Sem filiação
University of Western São Paulo (UNOESTE)	Sem fins lucrativos	Sem filiação

Fonte: Autoria própria (2025)

A Tabela 4 evidencia contrastes estruturais significativos entre as universidades privadas do Peru e do Brasil, especialmente no que diz respeito à natureza administrativa e à filiação institucional. No contexto peruano, observa-se uma forte presença de instituições privadas com fins lucrativos, que se consolidaram nas últimas décadas como parte do processo de expansão e mercantilização do ensino superior. Universidades como a Universidad Científica del Sur, a Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas e a Universidad César Vallejo exemplificam esse movimento, associado à lógica de mercado e à ampliação do acesso mediante modelos empresariais de gestão. Em paralelo, coexistem instituições tradicionais sem fins lucrativos, de caráter confessional e reconhecidas por sua excelência acadêmica, como a Pontificia Universidad Católica del Perú e a Universidad del Pacífico, ambas de origem jesuíta,

bem como a Universidad Católica San Pablo, vinculada ao Opus Dei.

No caso brasileiro, o cenário apresenta uma predominância de instituições sem fins lucrativos e confessionais, herdeiras de uma tradição educacional fortemente influenciada por ordens religiosas católicas e protestantes. A presença expressiva das Pontifícias Universidades Católicas (PUCs), da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Unisinos revela um modelo institucional de base comunitária, juridicamente reconhecido pela Lei nº 12.881/2013, que caracteriza as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Nelas, os resultados financeiros são reinvestidos em ensino, pesquisa e extensão, o que reforça uma orientação pública e social do setor privado. Em contraponto, instituições como a Universidade Positivo, a Unichristus e a Universidade Nove de Julho representam o segmento com fins lucrativos, associado a conglomerados educacionais e estratégias de expansão de matrículas com foco em empregabilidade. Por fim, a Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) exemplifica o modelo filantrópico laico, no qual a ausência de confessionalidade se combina com a gestão sem fins lucrativos, típica de fundações regionais de caráter social.

Assim, a comparação entre Peru e Brasil indica que, embora ambos apresentem sistemas privados heterogêneos, o Peru tende à mercantilização e à concentração de capital educacional, enquanto o Brasil mantém uma tradição comunitária e confessional consolidada, baseada em valores religiosos e sociais historicamente enraizados nas práticas de ensino superior latino-americano (CALDERÓN, 2018; KNIGHT, 2004; BERNASCONI, 2006).

Em síntese, nota-se que, entre as universidades públicas e privadas sem fins lucrativos, o Brasil tem buscado priorizar políticas de ampliação do acesso e de democratização do ensino superior, ainda que a inclusão plena da população permaneça um desafio estrutural. A expansão das universidades comunitárias, a criação de programas de financiamento estudantil e a consolidação de políticas públicas como o ProUni e o FIES refletem uma tentativa de equilibrar a qualidade acadêmica com a responsabilidade social. No caso peruano, contudo, a estrutura do ensino superior mantém-se mais concentrada em instituições voltadas às elites econômicas e culturais, com alto custo de ingresso e forte seletividade social. Esse contraste revela não apenas diferenças de modelo institucional, mas também distintas concepções de educação como bem público: no Brasil, uma educação que busca gradualmente se expandir e atender à coletividade; no Peru, uma educação ainda marcada pela exclusividade e pela reprodução de privilégios.

Notas analíticas: Brasil e Peru

O contraste entre o Brasil e o Peru no campo do ensino superior revela dinâmicas distintas de escala e acesso. O Brasil possui um sistema de magnitude continental, o Peru, por sua vez, mas apresenta uma Taxa Bruta de Matrícula (TBM) mais elevada — 51% contra 42% no Brasil. Esse dado sugere que, embora o sistema peruano seja quantitativamente menor, ele demonstra uma capacidade proporcionalmente maior de incluir estudantes em relação à sua população em idade universitária.

Essa diferença evidencia que o tamanho do sistema não se traduz automaticamente em inclusão social. No caso brasileiro, a heterogeneidade institucional — composta por redes públicas federais, estaduais, comunitárias e privadas — amplia a cobertura territorial, mas enfrenta desafios relaciona-

dos à equidade de acesso e à permanência estudantil, sobretudo entre os estratos de menor renda. Já o Peru, mesmo com menor número de instituições, parece estruturar-se de modo mais concentrado nas grandes cidades, o que pode elevar sua taxa de matrícula, ainda que a distribuição geográfica e o perfil socioeconômico dos estudantes revelem uma inclusão mais restrita. Assim, a comparação entre ambos os países aponta para modelos de expansão distintos: o Brasil com uma ampliação quantitativa e territorial, e o Peru com uma expansão proporcional, mas socialmente seletiva, reforçando que a democratização do ensino superior depende tanto da quantidade de instituições quanto das políticas de acesso e permanência implementadas. Outro aspecto relevante na comparação entre Brasil e Peru refere-se à divergência no modelo de excelência acadêmica, observada nos rankings internacionais.

A classificação no Times Higher Education (THE) Latin America 2024 revela um contraste expressivo entre os dois países: o Brasil consolida um sistema universitário de ampla escala e alto desempenho, com oito das dez melhores universidades da região, enquanto o Peru aparece de forma marginal, com apenas três instituições entre as cem primeiras. No caso brasileiro, a predominância das universidades públicas nas primeiras posições — como a Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Federal de Minas Gerais — confirma a centralidade do setor público na produção científica e na reputação internacional. No Peru, por outro lado, a proporção se inverte: entre as dez universidades peruanas classificadas no universo das duzentas melhores, nove são privadas sem fins lucrativos e apenas uma é pública, o que indica um sistema privado mais competitivo em escala nacional, porém ainda distante dos padrões regionais de excelência.

A análise da natureza do setor privado em cada país reforça a diferença de orientação institucional. Embora ambos os sistemas sejam majoritariamente privados, o modelo peruano tende à mercantilização e à concentração de capital educacional, marcada pela presença dominante de instituições com fins lucrativos, como a Universidad Científica del Sur e a Universidad César Vallejo, que operam sob lógicas empresariais voltadas ao volume de matrículas e à diversificação comercial. Já o caso brasileiro apresenta um padrão mais híbrido, sustentado por uma tradição comunitária e confessional consolidada, na qual universidades sem fins lucrativos, tais como a PUC-Rio, a PUCRS e a Mackenzie, ocupam posições de destaque. Esse modelo, ancorado em valores humanistas e religiosos, preserva uma orientação acadêmica de responsabilidade social, mesmo dentro do setor privado, reforçando a ideia de um “privado de interesse público”.

No que se refere às estratégias de apoio e equidade, Brasil e Peru também adotam caminhos distintos. O Brasil implementou políticas de alcance massivo, como o FIES (financiamento estudantil) e o ProUni (bolsas integrais e parciais), voltadas a reduzir o impacto dos custos de mensalidade em um sistema majoritariamente privado. Tais políticas ampliaram significativamente o acesso ao ensino superior nas últimas duas décadas, ainda que enfrentem desafios de sustentabilidade financeira e de desigualdade regional. Já o Peru opta por um modelo mais focalizado de intervenção, representado pelo programa Beca 18, que concede bolsas de estudo integrais a estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica, com foco explícito no combate à evasão e na formação de capital humano estratégico. Embora ambos os programas compartilhem o objetivo de ampliar a inclusão, o caso brasileiro destaca-se pela escala e universalidade da política, enquanto o peruano privilegia a seletividade e o direcionamento social, refletindo prioridades distintas de política educacional.

Já, no que se refere aos rankings, a crescente adoção de práticas avaliativas no ensino superior evidencia o papel do benchmarking como ferramenta de regulação e de performatividade institucio-

nal. Originalmente desenvolvido no setor privado norte-americano, especialmente a partir da experiência da Xerox Corporation em 1979 e posteriormente replicado por empresas como Ford, IBM e Kodak, o benchmarking consistia em medir o desempenho de uma organização em relação a referências externas, visando à melhoria contínua e à vantagem competitiva. Transposto para o campo educacional, esse método tornou-se uma estratégia de comparação e emulação entre universidades, promovendo um ethos de individualismo competitivo e alimentando o surgimento de mercados de consultoria, acreditação e certificação, configurando um sistema de rotulagem das instituições com selos de qualidade que simbolizam legitimidade e prestígio.

Os sistemas de avaliação baseados em benchmarking e algoritmos digitais inserem-se em uma lógica mais ampla de “desconfiança organizada” (ROSANVALLON, 2007), típica da contemporaneidade, em que a credibilidade institucional passa a depender da verificação externa e da metrificação constante do desempenho. Nessa perspectiva, a avaliação deixa de ser predominantemente formativa e assume caráter regulatório e performativo, voltado para a produção de indicadores e rankings. É nesse contexto que emergem os conceitos de Universidade de Classe Mundial (World-Class University – WCU) e de reputação institucional, ambos intimamente ligados aos rankings acadêmicos internacionais, que se consolidaram como os principais instrumentos de validação e visibilidade no cenário global.

As universidades de classe mundial representam um modelo específico de excelência, não generalizável, centrado em três pilares: alta concentração de talentos (professores e estudantes altamente qualificados), recursos financeiros abundantes e governança institucional favorável. Tal modelo privilegia o desempenho em pesquisa e inovação, elementos que, embora legitimem a reputação internacional, não refletem necessariamente a diversidade das missões universitárias existentes, sobretudo nas instituições periféricas ou comunitárias. Nesse ambiente, a reputação se torna um ativo intangível fundamental — um capital simbólico que as instituições buscam acumular para atrair parcerias, talentos e investimentos, inserindo-se em redes globais de prestígio e poder. Os rankings, por sua vez, operam como mecanismos de visibilidade, comparação e controle, reforçando reputações já consolidadas e retroalimentando o ciclo da performatividade. Sua aparente simplicidade comunicativa, por meio de números e posições hierárquicas, amplifica sua legitimidade e influência sobre a governança universitária.

Contudo, essa dinâmica carrega tensões profundas. A busca pela reputação global pode deslocar as universidades de sua missão social, conduzindo-as a priorizar a mensurabilidade dos resultados em detrimento da qualidade pedagógica ou do impacto social. Além disso, o modelo de universidade consagrado pelos rankings de matriz anglo-saxã impõe um padrão de qualidade distante da realidade da maioria das instituições do mundo, ao privilegiar métricas de pesquisa em detrimento do ensino e da extensão, o que contribui para acentuar desigualdades e promover o elitismo acadêmico. Por fim, a crescente “corrida pela reputação” faz emergir comportamentos institucionais estratégicos, como a criação de cargos específicos de “gerentes de ranking” e o investimento em práticas de gestão voltadas a melhorar o desempenho nas classificações, transformando o que antes era um campo de formação e reflexão em um ambiente de competição simbólica e reputacional.

Notas conclusivas: Brasil e Peru

Nesse contexto de regulação por métricas e benchmarking global, Brasil e Peru se inserem de maneira desigual, refletindo suas assimetrias estruturais e institucionais. O Brasil, com um sistema de ensino superior de grande escala e tradição científica consolidada, apresenta universidades públicas de excelência que conseguem dialogar com os padrões internacionais de qualidade definidos pelos rankings, ainda que muitas vezes sob tensão com as demandas sociais internas. Já o Peru, cuja estrutura universitária é marcada pela predominância do setor privado, especialmente das instituições com fins lucrativos, enfrenta maiores dificuldades para competir nesse cenário global, uma vez que a ênfase em expansão e mercado limita o investimento em pesquisa e internacionalização. Assim, enquanto o Brasil participa ativamente do circuito de reputação acadêmica global, o Peru tende a permanecer em posição periférica, com poucas universidades inseridas nas métricas internacionais e uma dependência crescente de modelos de avaliação externos. Essa diferença revela, em última instância, que o regime de performatividade e a cultura de benchmarking, embora globais em alcance, operam de modo desigual e seletivo, reproduzindo hierarquias históricas entre países centrais e periféricos no campo da educação superior.

Referências

- AXEL-BERG, J.. Repensar a universidade I : desempenho acadêmico e comparações internacionais. (Projeto Métricas). Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/9788571661868> Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/224 . Acesso em 11 novembro. 2025.
- BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators 2022*. Washington, D.C.: The World Bank, 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- BERNASCONI, A. *Does the affiliation of universities to external organizations foster diversity in private higher education? Chile in comparative perspective*. Higher Education, v. 52, n. 2, p. 303-342, 2006. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10734-004-5326-8>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Mais Professores*. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. *O que é o sistema e-MEC?* Brasília, DF: MEC, 21 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/educacao-superior-1/e-mec/o-que-e-o-sistema>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- CALDERÓN, A. J. *Massification of higher education revisited*. Melbourne: RMIT University, June 2018. Disponível em: https://cdn02.pucp.edu.pe/academico/2018/08/23165810/na_mass_revis_230818.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.
- CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). **CEPAL – Estadísticas**. Disponível em: <https://www.cepal.org/>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- INEP (Brasil) / MEF (Peru). **INEP – Instituto Nacional de Estudios e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- INFOTRAM-PERU. *PER Tabla 9. Educación superior*. Infogram. Disponível em: <https://infogram.com/per-tabla-9-educacion-superior->

-1hdw2jperyq9j2l. Acesso em: 11 nov. 2025.

INEI. *Estadísticas de Educación – Compendio Estadístico 2023*. Lima: Instituto Nacional de Estadística e Informática, 2023. Disponível em: <https://www.inei.gob.pe/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (FMI). *International Monetary Fund – Data*. Disponível em: <https://www.imf.org/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

WORLD BANK. *World Bank – Data*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

MEF PERU. Ministerio de Economía y Finanzas del Perú – Estadísticas. Disponível em: <https://www.mef.gob.pe/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

KNIGHT, J. *Internationalization Remodeled: Definition, Approaches and Rationales*. Journal of Studies in International Education, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1028315303260832>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PERU. Ministerio de Educación (MINEDU). *Más de 200 mil docentes fortalecerán sus competencias con inversión de S/43 millones*. Lima: MINEDU, 2024. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minedu/noticias/1212888-minedu-impulsa-formacion-historica-mas-de-200-000-docentes-fortaleceran-sus-competencias-con-inversion-de-s-43-millones>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PERU. Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI). Disponível em: <https://www.inei.gob.pe/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SUNEDU. *Informe sobre la Educación Superior Universitaria 2024*. Lima: Superintendencia Nacional de Educación Superior Universitaria, 2024. Disponível em: <https://www.sunedu.gob.pe/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

TIMES HIGHER EDUCATION. *Latin America University Rankings 2024*. Londres: Times Higher Education Ltd., 12 nov. 2024. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2024/latin-america-university-rankings>. Acesso em: 11 nov. 2025. Times Higher Education (THE)+2egida.usp.br+2

UNESCO. UNESCO Institute for Statistics – Education Statistics. Disponível em: <https://data360.worldbank.org/en/dataset/UNESCO UIS>. Acesso em: 11 nov. 2025.

VANZ, Samile Andréa de Souza. Editorial. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 3, set./dez. 2018. VANZ, Samile Andréa de Souza. Editorial. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, maio/ago. 2019. VANZ, Samile Andréa de Souza; SILVEIRA, Lúcia da. Publicação continuada: algumas reflexões. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 12-16, jan./abr. 2020